

adolescentes tornam-se propensos a experimentar sintomas de TDAH.

Nesse trecho, estabelece-se entre as ideias expostas uma relação de:

- a) proporção.
- b) causa.
- c) finalidade.
- d) temporalidade.
- e) comparação.

4) Em: “*Ainda é cedo*”, temos:

- a) Sujeito simples.
- b) Oração sem sujeito.
- c) Sujeito composto.
- d) Sujeito desinencial.
- e) Sujeito indeterminado.

5) Assinale a opção que indica a frase em que a preposição **de** tem sua presença na frase por uma exigência de um termo anterior.

- a) “*minha memória traz os tempos de estudo*”.
- b) “*meus anos de Ensino Médio foram, sim, muito significativos*”.
- c) “*uma roda de conversa na escola*”.
- d) “*nos permite entrar em contato de forma sistemática*”.
- e) “*tenho plena consciência de que um ensino inovador pode surgir*”.

6) A função sintática do termo destacado na frase: O **Ubuntu é a melhor versão para iniciantes** é:

- a) objeto direto.
- b) predicativo do sujeito.
- c) adjunto adverbial.
- d) adjunto adnominal.
- e) predicativo do objeto.

7) A frase abaixo cuja lacuna deve ser preenchida pela primeira das palavras colocadas entre parênteses é:

- a) O senador declarou que respeitava muito o seu _____. (mandado/mandato);
- b) Muitos detalhes do crime passaram _____. (desapercebidos / despercebidos);

c) O _____ em computação fora trazido dos Estados Unidos. (esperto / experto);

d) O automóvel precisava de _____ urgente. (conserto / concerto).

e) Muitos dos acusados tinham receio de terem _____ os seus postos. (caçados / cassados);

DIREITO CONSTITUCIONAL

8) De acordo com o que estabelece a Constituição Federal acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais,

a) a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.

b) as associações somente poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.

c) é assegurada, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, exceto nas atividades desportivas.

d) são gratuitas as ações de *habeas corpus*, *habeas data* e mandado de segurança, bem como, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

e) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

9) O tema servidores públicos, também para o contexto dos Municípios, tem parte importante do seu universo de princípios e regras extraído da Constituição Federal, sendo INCORRETO afirmar que:

a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

b) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, o que inclui as respectivas ações de ressarcimento.

c) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

d) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

e) A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

10) Qual recurso cabível contra sentença proferida por Juiz Federal nas ações em que figurem como parte Estado Estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e do outro, pessoa domiciliada no País?

a) Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal.

b) Recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça.

c) Mandado de segurança para o Tribunal Regional Federal.

d) Recurso de apelação para o Tribunal Regional Federal.

e) Recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça.

11) São funções institucionais do Ministério Público, EXCETO:

a) Defender judicialmente os direitos e interesses das populações ribeirinhas.

b) Promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.

c) Zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.

d) Requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

e) Exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

12) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão visa a:

a) impugnar lei ou ato normativo federal ou estadual em face da Constituição Federal.

b) impugnar ato dos poderes estaduais ou distritais que infrinja princípio constitucional sensível, de maneira a promover a sua declaração de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal e a requisitar a decretação de intervenção federal ao Presidente da República.

c) solucionar controvérsia judicial relevante sobre a aplicação de lei ou ato normativo federal em face da Constituição Federal.

d) evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público, bem como solucionar controvérsia constitucional a respeito de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição da República.

e) adotar medida necessária para tornar efetiva norma constitucional federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

13) Com base nos princípios do Direito Administrativo e no entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

a) Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que não ofende o princípio da isonomia a remarcação da prova física de concurso público para candidata gestante.

b) Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), a norma local que proíbe a contratação, pelo Município, dos parentes, afins ou consanguíneos, do prefeito, do vice-prefeito, dos vereadores e dos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, bem como dos servidores e empregados públicos municipais, até 6 (seis) meses após o fim do exercício das respectivas funções, ofende o princípio da

legalidade e invade a competência da União para legislar sobre normas gerais de licitação.

c) O princípio da eficiência veio expressamente previsto no ordenamento jurídico brasileiro com a redação original da Constituição Federal de 1988 e significa o dever da Administração Pública realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional.

d) Conforme o princípio da autotutela, a administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos.

e) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou do servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício do cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas não viola a Constituição Federal.

14) Os poderes da administração constituem prerrogativas especiais para que sejam satisfeitas as finalidades públicas. Dentro dessa análise, quando um município realiza a interdição de uma obra, por ausência de alvará, mostra dessa maneira a atuação do poder:

- a) Hierárquico.
- b) De polícia.
- c) Vinculado.
- d) Regulamentar.
- e) Disciplinar.

15) De acordo com a lei nº 8.429/92, são atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário, **EXCETO**:

- a) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- b) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.

c) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.

d) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.

e) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

DIREITO CIVIL

16) Considerando as disposições sobre o instituto da Ausência previstas no Código Civil Brasileiro, leia as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**.

I. Pode ser declarada a ausência, e se nomear curador, quando o sujeito deixar mandatário que não queira ou não possa exercer ou continuar o mandato, ou se os seus poderes forem insuficientes.

II. O cônjuge do ausente, mesmo que esteja separado de fato por mais de dois anos antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.

III. Se durante a posse provisória se provar a época exata do falecimento do ausente, considerar-se-á, nessa data, aberta a sucessão em favor dos herdeiros, que o eram àquele tempo.

IV. Os imóveis do ausente só se poderão alienar, não sendo por desapropriação, ou hipotecar, quando o ordene o juiz, para lhes evitar a ruína.

V. Qualquer herdeiro poder ser imitado desde logo na posse dos bens do ausente, independentemente do oferecimento de garantias de restituição.

- a) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.

17) Com base no Código Civil, a respeito dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

a) O silêncio não importa anuência, mesmo quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.

- b) Nas declarações de vontade, atender-se-á mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.
- c) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se ampliativamente.
- d) A validade do negócio jurídico independe da capacidade do agente.
- e) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

18) Quanto aos sujeitos do processo, é correto afirmar:

- a) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticados.
- b) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz de imediato extinguirá o processo, por falta de pressuposto essencial de admissibilidade.
- c) Nem toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo, o que pressupõe capacidade postulatória.
- d) O juiz nomeará curador especial ao réu preso, revel ou não, bem como ao citado com hora certa ou por edital, desde que os direitos sejam indisponíveis.
- e) Os cônjuges não necessitam do consentimento um do outro para propor qualquer ação, de direito pessoal ou real, seja qual for o regime matrimonial de bens, pois são isonômicos os seus direitos.

19) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte será de:

- a) três dias.
- b) cinco dias.
- c) quarenta e oito horas.
- d) quinze dias
- e) trinta dias.

20) A técnica do recurso adesivo não é cabível:

- a) Na apelação e no agravo de instrumento.
- b) Na apelação e no recurso especial.
- c) No agravo de instrumento e no agravo interno.
- d) Na apelação e no recurso extraordinário.
- e) No recurso especial e no recurso extraordinário

DIREITO PENAL

21) Em relação ao direito penal, quanto ao concurso de pessoas é **CORRETO** afirmar:

- a) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, não havendo distinção em razão da maior ou menor culpabilidade.
- b) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- c) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de 1/5 (um quinto) a 1/2 (metade).
- d) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até a 1/3 (um terço), na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- e) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo que elementares do crime.

22) De acordo com os principais teóricos do direito penal, a teoria da imputação objetiva se refere especificamente à

- a) relação de causalidade.
- b) culpabilidade.
- c) antijuridicidade.
- d) tipicidade material.
- e) punibilidade.

23) Caracteriza crime de falsidade ideológica a conduta consistente em:

- a) trocar a foto do documento de identificação por outra, própria, mais recente.
- b) fingir que é outra pessoa para obter algum benefício, como o ingresso em evento privado.
- c) omitir que está empregado ao preencher cadastro público para obtenção de benefício social.

- d) utilizar o título de eleitor do irmão que se encontre em viagem para votar em seu lugar.
- e) alterar por conta própria o nome que consta na carteira nacional de habilitação.

24) Vantuir e Lúcio cometeram, em momentos distintos e sem associação, crimes previstos na Lei de Drogas (Lei n.º 11.343/2006). No momento da ação, Vantuir, em razão de dependência química e de estar sob influência de entorpecentes, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato. Lúcio, ao agir, estava sob efeito de droga, proveniente de caso fortuito, sendo também incapaz de entender o caráter ilícito do fato. Nessas situações hipotéticas, qualquer que tenha sido a infração penal praticada,

- a) Vantuir terá direito à redução de pena de um a dois terços e Lúcio será isento de pena.
- b) somente Vantuir será isento de pena.
- c) somente Lúcio terá direito à redução de pena de um a dois terços.
- d) Lúcio e Vantuir terão direito à redução de pena de um a dois terços.
- e) Lúcio e Vantuir serão isentos de pena.

25) A respeito do que dispõe a Constituição Federal de 1988 e a Lei n.º 8.072/1990, assinale a opção correta.

- a) A prática de racismo constitui crime hediondo, inafiançável e imprescritível.
- b) O agente que pratica homicídio simples, consumado ou tentado, não comete crime hediondo.
- c) A tortura é crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.
- d) O crime de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima é hediondo quando praticado contra parente consanguíneo até o quarto grau de agente da segurança pública, em razão dessa condição.
- e) A lei penal e a processual penal retroagem para beneficiar o réu.

26) Considerando o disposto na Lei n.º 11.343/2006 e o posicionamento jurisprudencial e doutrinário dominantes sobre a matéria regida por essa lei, assinale a opção correta.

a) Em processo de tráfico internacional de drogas, basta a primariedade para a aplicação da redução da pena.

b) Dado o instituto da delação premiada previsto nessa lei, ao acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial podem ser concedidos os benefícios da redução de pena, do perdão judicial ou da aplicação de regime penitenciário mais brando.

c) É vedada à autoridade policial a destruição de plantações ilícitas de substâncias entorpecentes antes da realização de laudo pericial definitivo, por perito oficial, no local do plantio.

d) O crime de associação para o tráfico se consuma com a mera união dos envolvidos, ainda que de forma individual e ocasional.

e) Para a configuração da transnacionalidade do delito de tráfico ilícito de drogas, não se exige a efetiva transposição de fronteiras nem efetiva coautoria ou participação de agentes de estados diversos.

27 - Se o funcionário público pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem, incorre na prática do crime de:

- a) condescendência criminosa.
- b) peculato
- c) concussão.
- d) corrupção passiva privilegiada
- e) prevaricação

28) À luz do Código Penal, sobre a falsidade documental nos crimes contra a fé pública,

a) equipara-se a documento público para caracterização do crime de falsificação de documento público o cartão de crédito ou débito.

b) a falsificação de um documento emanado de sociedade de economia mista federal caracteriza o crime de falsificação de documento público.

c) se o autor do crime de falsificação de selo ou sinal público é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo, a pena é aumentada de um terço.

d) aquele que faz inserir na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado declaração falsa ou

diversa da que deveria ter constado estará sujeito às penas cominadas ao crime de falsidade ideológica.

e) o médico que dá, no exercício de sua função, atestado falso com o fim lucrativo estará sujeito à pena privativa de liberdade cominada ao delito de falsidade de atestado médico aumentada de metade.

29) Sobre os crimes contra a fé pública, assinale a alternativa correta.

a) Considere que o agente, consultando os autos do processo-crime no qual figura como réu, ao se deparar com provas inequívocas de materialidade e autoria, as retire do processo e destrua. Responderá pelo crime de supressão de documento.

b) Aquele que falsifica documento público e em seguida o utiliza responde pela falsificação e pelo uso, em concurso material.

c) Aquele que adultera sinal identificador de veículo automotor responde por crime previsto no art. 311 do Código Penal. O mesmo artigo determina que se o agente cometer o crime no exercício da função pública, a pena será aumentada de metade.

d) Aquele que figura como “testa de ferro”, permitindo o uso de seu nome como possuidor de ação, título ou valor pertencentes a estrangeiro, em relação a quem a posse é proibida por lei, pratica crime punido com reclusão e multa.

e) Se o crime de falsidade de atestado médico for praticado com o fim de lucro, a pena será aumentada de 1/3.

30) Acerca dos crimes contra a fé pública, assinale a alternativa correta.

a) Aquele que falsifica, fabricando ou alterando, selo destinado a controle tributário responde pelo crime de falsificação de selo ou sinal público, previsto no art. 296 do Código Penal.

b) A falsificação, no todo ou em parte, de atestado, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público configura o crime de falsificação de documento público, previsto no art. 297 do Código Penal.

c) O crime de uso de documento falso é material, ou seja, para a consumação exige-se a obtenção de proveito.

d) O princípio da insignificância, causa supralegal de exclusão da tipicidade, não se aplica ao crime de moeda falsa.

e) O crime de falsidade de atestado médico envolve também como conduta típica a opinião emitida pelo profissional, ainda que equivocada.

PROCESSO PENAL

31) O recurso cabível da decisão que indeferir o pedido de restituição de coisa apreendida é

a) apelação.

b) Mandado de Segurança.

c) recurso em sentido estrito.

d) correição parcial.

e) agravo em execução.

32) Sobre o tema Ação Penal, analise as afirmativas a seguir.

I. Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.

II. A representação será irretroatável, depois de recebida a denúncia.

III. O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

Estão corretas as afirmativas

a) I, II e III.

b) I e II, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) II, apenas.

33) Cláudio, maior e capaz, residente e domiciliado em Goiânia – GO, praticou determinado crime, para o qual é prevista ação penal privada, em Anápolis – GO. A vítima do crime, Artur, maior e capaz, é residente e domiciliada em Mineiros – GO. Nessa situação hipotética, considerando-se o disposto no Código de Processo Penal, o foro competente para processar e

julgar eventual ação privada proposta por Artur contra Cláudio será:

- a) Goiânia – GO ou Mineiros – GO.
- b) Anápolis – GO ou Goiânia – GO.
- c) Goiânia – GO, exclusivamente.
- d) Anápolis – GO, exclusivamente.
- e) Mineiros – GO, exclusivamente.

34) Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) É consolidado o entendimento dos Tribunais admitindo a possibilidade de *reformatio in mellius* no recurso impetrado exclusivamente pela acusação;
- b) É vedada a *reformatio in pejus* direta em recurso exclusivo da defesa;
- c) O recurso em sentido estrito e a carta testemunhável possuem o efeito regressivo;
- d) O efeito extensivo dos recursos se verifica nas hipóteses de concurso de agentes, quando a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos corréus.
- e) Nas hipóteses de recurso *ex officio* (remessa obrigatória) opera o efeito translativo, devolvendo-se à instância superior o conhecimento integral da causa, vedada apenas ao órgão ad quem proceder à *reformatio in pejus*;

35) Assinale a alternativa **correta**:

- a) É cabível o recurso em sentido estrito nas hipóteses de improcedência das exceções de incompetência de juízo, litispendência, ilegitimidade de parte e coisa julgada;
- b) É de cinco dias o prazo para apresentação das razões do recurso em sentido estrito;
- c) É cabível o recurso em sentido estrito em caso de nulidade posterior à pronúncia;
- d) É cabível a apelação na hipótese de rejeição da denúncia e da queixa no âmbito dos Juizados Especiais Criminais;
- e) É cabível o recurso em sentido estrito contra a sentença de impronúncia.

36) No que tange à competência, o Direito Processual Penal brasileiro adotou, como regra, a teoria da(o):

- a) resultado.
- b) ubiquidade.
- c) atividade.
- d) alternatividade.
- e) equivalência dos antecedentes causais.

37) O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Antônio pela suposta prática do crime de peculato. O juiz, porém, considerando a ausência de justa causa, rejeitou a denúncia oferecida. Em razão disso, intimado pessoalmente, o Promotor de Justiça entregou ao cartório o procedimento com o recurso cabível.

O recurso apresentado pelo Ministério Público aos serventuários de Justiça é o de:

- a) embargos infringentes;
- b) recurso em sentido estrito;
- c) embargos de declaração;
- d) apelação;
- e) agravo.

38) Conforme a Lei n.º 9.099/1995 e o entendimento dos tribunais superiores, a suspensão condicional do processo:

- a) não será aplicável em caso de infrações penais cometidas em concurso formal, quando a pena mínima cominada resultante da incidência da majorante for inferior a um ano.
- b) será aplicável em caso de infrações penais cometidas em concurso formal, quando a pena mínima cominada resultante da incidência da majorante for superior a um ano, mas não ultrapassar dois anos.
- c) não será aplicável em caso de infrações penais cometidas em concurso material, quando a pena mínima cominada resultante do somatório for igual a um ano.
- d) será aplicável em caso de infrações penais cometidas em concurso material, quando a pena mínima cominada resultante do somatório for igual ou inferior a dois anos.
- e) não será aplicável em caso de infrações penais cometidas em continuidade delitiva, quando a pena

mínima cominada resultante da incidência da majorante for superior a um ano.

39) Dispõe a Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995, Juizado Especial Criminal, que **NÃO** é critério de orientação processual no Juizado Especial Criminal:

- a) A oralidade.
- b) A celeridade.
- c) A formalidade.

d) A economia processual.

e) Informalidade

40) Quando o inquérito policial é instaurado a partir de um auto de prisão em flagrante delito, diz-se haver:

- a) *notitia criminis* de cognição coercitiva.
- b) *notitia criminis* inqualificada.
- c) *delatio criminis* postulatória.
- d) *notitia criminis* de cognição imediata.
- e) *notitia criminis* de cognição mediata.

PROVA DICURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVA DA PROVA ESCRITA, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.

- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo correspondente.

- Na folha de texto definitiva, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

- Na avaliação da prova escrita, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até 100,00 pontos, dos quais até 10,00 pontos serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado) e 20,00 pontos ao quesito do domínio da modalidade escrita da língua portuguesa.

No âmbito do processo penal, a pretensão punitiva é exercida por intermédio da ação penal. De acordo com a doutrina majoritária, ação penal é o direito público subjetivo de pedir ao Estado-Juiz a aplicação do direito penal objetivo a um caso concreto. Isto é, é o direito que a parte acusadora (Ministério Público ou o particular) tem de, mediante o devido processo legal, provocar o Estado a dizer o direito objetivo no caso concreto.

Nesse contexto, discorra sobre a classificação das ações penais [**valor: 25 pontos**], suas subespécies (ou subclassificações) [**valor: 25 pontos**] e informe os principais princípios que as regem [**valor: 20 pontos**].

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

